



## **Relações Brasil-EUA durante o Governo Jango: o golpe civil-militar de 1964 na órbita da integração monopólica mundial**

Itamá Winicius do Nascimento Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho busca, através de uma pesquisa teórica, analisar as relações entre Brasil e EUA durante o governo João Goulart, colocando o golpe civil-militar de 1964 como resultado da integração monopólica mundial por qual passou a América Latina (e consequentemente o Brasil) no período pós-guerra. Para melhor compreender as intensas disputas entre o Brasil e os EUA, assim como suas repercussões no governo Jango, tomo como base as reflexões feitas pelo cientista político Moniz Bandeira. Apesar de terem, historicamente, relações amigáveis sem a presença de um conflito bélico, Brasil e EUA guardaram durante todo o século XX uma variedade de contradições. Diante da imensidão de conflitos e episódios entre esses dois países, faço um recorte durante o governo Jango. O principal objetivo deste trabalho é identificar as distensões nas relações Brasil-EUA, observando consequentemente a participação do poder econômico na derrubada de Jango e instauração do que cunho de Ditadura Civil-Militar Brasileira. Entre esses setores, evidencio a participação do poder econômico norte-americano (como a Brazilian Traction Light & Power, o Bank of Boston etc) que, em aliança com o poder econômico de outros países (como o caso das alemãs Mannesmann e Mercedes Benz), desenvolveu um ambiente político e militar propício a intervenções antidemocráticas. No caso em análise, o poder econômico estrangeiro foi um responsável direto pelas decisões políticas que levaram ao golpe de Estado. O principal resultado desta pesquisa se encontra na percepção de que o golpe civil-militar de 1964 foi resultado de uma conjuntura específica, denominada aqui por integração monopólica mundial, ideia desenvolvida pela socióloga Vânia Bambirra. Neste contexto, as classes dominantes locais abandonaram projetos políticos de cunho nacionalista, facilitando a interferência do poder econômico estrangeiro na América Latina. Por fim, após uma introdução geral sobre as relações Brasil-EUA, analiso sua repercussão nas duas fases do governo Jango (parlamentarista e presidencialista), evidenciando a participação do poder econômico na sua desestabilização e derrubada.

**Palavras chave:** Brasil, EUA, Governo Jango, Ditadura Civil-Militar, Poder Econômico.

## **Relaciones Brasil-Estados Unidos durante el gobierno de Jango: el golpe cívico-militar de 1964 en la órbita de la integración monopolística mundial**

### **Resumen**

El presente trabajo busca, a través de una investigación teórica, analizar las relaciones entre Brasil y Estados Unidos durante el gobierno de João Goulart, ubicando el golpe cívico-militar de 1964 como resultado de la integración monopolística mundial que ha atravesado América

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais/Licenciatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS). itama\_winicius@hotmail.com

Latina (y en consecuencia Brasil) en la posguerra. Para comprender mejor las intensas disputas entre Brasil y Estados Unidos, así como sus repercusiones en el gobierno de Jango, tomo como base las reflexiones de la politóloga Moniz Bandeira. A pesar de tener, históricamente, relaciones amistosas sin la presencia de un conflicto militar, Brasil y Estados Unidos han mantenido a lo largo del siglo XX una variedad de contradicciones. Ante la inmensidad de conflictos y episodios entre estos dos países, hago un corte durante el gobierno de Jango. El objetivo principal de este trabajo es identificar las diferencias en las relaciones entre Brasil y Estados Unidos, observando en consecuencia la participación del poder económico en el derrocamiento de Jango y el establecimiento de la Dictadura Civil-Militar brasileña. Entre estos sectores, destaco la participación del poder económico norteamericano (como Brazilian Traction Light & Power, Bank of Boston, etc.) que, en alianza con el poder económico de otros países (como el alemán Mannesmann y Mercedes Benz), desarrolló un entorno político y militar propicio para intervenciones antidemocráticas. En este caso, el poder económico extranjero fue directamente responsable de las decisiones políticas que llevaron al golpe. El principal resultado de esta investigación se encuentra en la percepción de que el golpe cívico-militar de 1964 fue el resultado de una situación específica, llamada aquí por integración monopolista mundial, idea desarrollada por la socióloga Vânia Bambirra. En este contexto, las clases dominantes locales abandonaron proyectos políticos de carácter nacionalista, facilitando la injerencia del poder económico extranjero en América Latina. Finalmente, luego de una introducción general a las relaciones Brasil-Estados Unidos, analizo su impacto en las dos fases del gobierno de Jango (parlamentario y presidencial), mostrando la participación del poder económico en su desestabilización y derrocamiento.

**Palabras clave:** Brasil, Estados Unidos, Gobierno de Jango, Dictadura cívico-militar. Poder económico.

### **Brazil-US relations during the Jango Government: the 1964 civil-military coup in the orbit of world monopoly integration**

#### **Summary**

The present work seeks, through a theoretical research, analyzing the relations between Brazil and the USA during the João Goulart administration, placing the 1964 civil-military coup as a result of the worldwide monopoly integration that Latin America has undergone (and consequently Brazil) in the post-war period. To better understand the intense disputes between Brazil and the USA, as well as their repercussions in the Jango government, I take as a basis the reflections made by political scientist Moniz Bandeira. Despite having, historically, friendly relations without the presence of a military conflict, Brazil and the USA have maintained throughout the 20th century a variety of contradictions. In view of the immensity of conflicts and episodes between these two countries, I make a cut during the Jango government. The main objective of this work is to identify as distensions in Brazil-USA relations, consequently observing the participation of the economic power in the overthrow of Jango and the establishment of the Brazilian Civil-Military Dictatorship. Among these sectors, there is evidence of the participation of the American economic power (such as Brazilian Traction Light & Power, Bank of Boston, etc.) which, in alliance with the economic power of other countries (such as the German Mannesmann and Mercedes Benz), open a political and military environment conducive to anti-democratic interventions. In this case, foreign economic power was directly responsible for the political decisions that led to the coup. The main result of this research is found in the perception that the 1964 civil-military coup was the

result of a specific situation, called here by world monopoly integration, an idea developed by the sociologist Vânia Bambirra. In this context, as local ruling classes they abandoned nationalist political projects, facilitating the interference of foreign economic power in Latin America. Finally, after a general introduction to Brazil-US relations, I analyze its impact on the two phases of the Jango government (parliamentary and presidential), showing the participation of economic power in its destabilization and overthrow.

**Key words:** Brazil, USA, Jango Government, Civil-Military Dictatorship, Economic Power.

## Introdução

As relações Brasil-EUA são permeadas de conflitos, mesmo diante da ausência de um embate bélico entre os dois países. Eles estiveram do mesmo lado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo o Brasil o único país latino-americano a ter se envolvido diretamente no conflito; feito alcançado muito por conta das articulações dos EUA para que Getúlio Vargas aderisse aos Países Aliados. Nesta introdução, tomo como objetivo resumir os principais atritos entre Brasil e EUA, principalmente, no contexto pós-guerra. A presença yanque no Brasil, remonta do início do século XX e seus interesses econômicos no país se intensificam na conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Na obra *Agrarismo e Industrialismo*, Octávio Brandão, aponta como uma das principais características da Primeira República (1889-1930), a existência da rivalidade anglo-americana. A presença desta rivalidade inter-imperialista, evidencia a chegada do capital norte-americano no Brasil e seus conflitos com os britânicos; então detentores da hegemonia sobre o capitalismo brasileiro, desde o processo de independência em 1822. Sobre a chegada dos EUA, no contexto da Primeira Guerra Mundial, aponta Brandão:

Com a guerra, de 1914, a Grã-Bretanha teve de concentrar suas energias na luta pela vitória. Descurou-se do campo econômico da América do Sul. Então, os Estados Unidos aproveitando o momento, iniciaram a conquista econômica, portanto política também, desse território. A conquista política diplomática foi preparada em parte no Brasil pelo ministério Rio Branco de parceria com o diplomata Elihu Root. Subiram a exportação e a importação. Multiplicaram-se os bancos norte-americanos. Choveram os empréstimos em dólares (BRANDÃO, 2006, p. 93).

Como podemos observar, a chegada do capital norte-americano ao Brasil fez parte de uma determinada conjuntura em que, se preocupando com a Primeira Guerra Mundial, os britânicos cederam espaço para concorrentes no mercado latino-americano. Retornando suas atenções ao continente em geral e ao Brasil em particular, a Grã-Bretanha desenvolveu uma rivalidade inter-imperialista que, além de repercussões no campo econômico, também teve

impacto sobre o campo político. Sobre seus impactos políticos no Brasil, Brandão descreve o seguinte cenário: “Nilo e Rui foram agentes da política imperialista inglesa, como Bernardes e Alfredo Ellis o são. Já Wenceslau e Epitácio foram, no governo, agentes da política imperialista norte-americana” (BRANDÃO, 2006, p. 96). Em suma, a disputa entre Grã-Bretanha e EUA pelo mercado brasileiro, marcou o cenário político da Primeira República. Como veremos adiante, a vinculação entre os EUA (com seu poder econômico) e a política, são visíveis em outras conjunturas. A Primeira República é responsável pelo início deste processo. Sobre a referência ao Barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 a 1912, vale destacar sua importância no tocante as relações Brasil-EUA. Ele foi o grande responsável pela aproximação entre os dois países no início do século XX, porém, diferente do que supõe Brandão acima, essa relação apresentou consonâncias e discordâncias. Alinhado a Doutrina Moore, adotada por Theodore Roosevelt, o Barão de Rio Branco estabeleceu amistosas relações com os EUA num contexto em que o país dependia quase exclusivamente das exportações de café e o mercado norte-americano se apresentava um relevante consumidor. Apesar disso, o cerne do pensamento de Rio Branco carregava o seguinte objetivo:

Mas o objetivo da política pan-americana de Rio Branco, desdobrando uma tendência latente na diplomacia do Império, era considerar as Américas uma espécie de condomínio, em que o Brasil exerceria, livremente, sua influência sobre o Sul, enquanto os Estados Unidos manteriam sob tutela o Norte, o Centro e o Caribe (BANDEIRA, 2011, p. 42).

É por isso que Rio Branco não interferiu na separação entre a Colômbia e o Panamá, em 1903, assim como ignorou o apelo da Nicarágua que recorreu ao Brasil para que os EUA retirassem um navio de guerra do seu território. Entretanto, se levantou em ações dos norte-americanos no Peru. Sua intenção era dividir, pacificamente, a América com os EUA, que naquela época já não se contentavam em ter sob domínio apenas o Centro e o Caribe. O exemplo da política externa de Rio Branco, serve para mostrar a natureza das relações Brasil-EUA, em suma, uma relação marcada pelo que Moniz Bandeira (2011) denominou de “rivalidade emergente”. Após uma inflexão submissa aos interesses norte-americanos após o falecimento de Rio Branco, os dois países voltam a criar animosidades após a Revolução de 30; responsável pela ascensão de Vargas ao poder. O chamado primeiro governo Vargas (1930 a 1945), foi responsável por uma política externa independente. Essa independência, acumulada a uma agenda econômica nacionalista, permitiu Vargas a liderar ações que contrariaram os interesses norte-americanos, assim como possibilitou que o governo brasileiro

utilizasse as disputas entre EUA e Alemanha ao seu favor. Foi por conta desta independência e do interesse alemão no país, que Vargas conseguiu a ajuda financeira dos EUA para que desenvolvesse uma indústria siderúrgica. Visando manter sua influência no mercado brasileiro, Franklin Roosevelt aceita investir no país e contribui para a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inaugurada em abril de 1941. Em troca, o Brasil aceitou participar do conflito mundial ao lado dos EUA, oferecendo-os bases aeronavais ao longo do seu litoral.

Após a Segunda Guerra Mundial, período que nos interessa, a relação entre Brasil-EUA muda de natureza, não tendo mais os brasileiros o conflito mundial como barganha para alcançar seus interesses. Desta forma, aproveitando-se de um cenário novo em que surge como a nova potência capitalista mundial, os EUA se impõe sobre o Brasil (e sobre toda América Latina, vale ressaltar) de uma maneira mais incisiva em comparação a observada durante o primeiro governo Vargas. Mas qual a natureza desse cenário novo? Segundo Vânia Bambirra:

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares (BAMBIRRA, 2019, p. 123).

Dentre as várias instituições criadas para legitimar e coordenar sua hegemonia no mundo, os EUA contribuíram para a formação de organismos como: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Regionalmente, foi responsável pela formação da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Tratado de Segurança Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos (Anzus) e a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Seato). Essas organizações, alinhadas a outros elementos como a Conferência de Bretton Woods (responsável por tornar o dólar a principal moeda do mundo), foram responsáveis pelo estabelecimento da hegemonia norte-americana no cenário internacional; tendo como opositores o Bloco Socialista, liderado pela URSS. Dentre essas organizações citadas, o FMI e a OEA tiveram participação ativa no cenário

brasileiro, impondo uma pressão política, diplomática e econômica que levasse o país ao alinhamento com os EUA.

As relações entre Brasil-EUA se tornaram ainda mais difíceis diante desse cenário novo, tendo em vista a ânsia dos brasileiros em buscarem um desenvolvimento capitalista autônomo; conflitando com uma economia mundial que tinha na empresa multinacional seu principal combustível. Após um governo alinhado aos interesses norte-americanos, como foi o liderado por Eurico Gaspar Dutra, o Brasil passou a desenvolver durante o segundo governo Vargas “uma resistência moderada, com o objetivo de obter, nas conversações bilaterais, concessões favoráveis ao seu projeto de industrialização” (BANDEIRA, 2011, p. 46). Acontecimentos como a criação da Petrobras, o relacionamento com a Alemanha Ocidental visando desenvolvimento nuclear e a lei de remessa de lucros, sancionada em janeiro de 1954 e que determinava a restrição dos lucros e dividendos em até 10% ao ano, foram cruciais para o desentendimento entre esses países. Este choque de interesses foi a principal causa da instabilidade interna do Brasil, resultando no suicídio de Vargas em agosto de 1954. A interferência do poder econômico norte-americano sobre o cenário político do Brasil, naquela conjuntura, foi assim analisado por Bandeira:

As contendas com os Estados Unidos, portanto, constituíram, mais que um problema de relações exteriores, um fator de agitação na política interna do Brasil, onde importantes segmentos das elites civis e militares, representados sobretudo pela União Democrática Nacional (UDN) e pela Cruzada Democrática (corrente antinacionalista dentro das Forças Armadas), solidarizavam-se econômica ou ideologicamente com os interesses norte-americanos (BANDEIRA, 2011, p. 55).

Essas contendas foram denunciadas pelo próprio Vargas, em sua carta testamento. Porém, as difíceis relações com os EUA, não foram uma exclusividade do governo Vargas. Pelo contrário, o que se observou foi a sua permanência nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, apesar do alinhamento visto durante o curto governo Café Filho. Kubitschek também desenvolveu uma série de atritos com os EUA e seu governo foi palco de uma intensa radicalização política na região por conta do sucesso da Revolução Cubana de 1959. Liderada por Fidel Castro e posteriormente aliada aos soviéticos, o processo revolucionário cubano foi responsável por ações mais ríspidas dos EUA com relação aos demais países na América Latina e contribuiu para uma guinada à direita das Forças Armadas, diante da intensificação da Guerra Fria. Opondo-se ao comunismo e nacionalismo, este visto como potencial aliado dos comunistas e que na verdade angariava à construção de um desenvolvimento capitalista autônomo, a nova conjuntura “modelava uma *Weltanschauung*

maniqueísta, que identificava toda oposição aos interesses dos Estados Unidos com o favorecimento ideológico da União Soviética” (BANDEIRA, 2011, p. 63). Apesar de não enxergar o capital norte-americano como inimigo da economia nacional, Kubitschek causou tensão com os EUA por tentar diversificar suas relações comerciais, passando por uma busca de parceria comercial com a URSS, que na prática acabou não vingando por pressões internas e externas.

Outro ponto de divergência entre os EUA e o governo Kubitschek, foi o Plano de Metas que tinha como objetivo intensificar o processo de substituição das importações. Contrário ao plano e insatisfeitos com o programa de estabilização monetária, imposto por Kubitschek no final de 1958, os EUA chegaram a obstaculizar as relações do Brasil com o FMI e “induziram esse organismo financeiro a exigir que o Brasil também reduzisse os investimentos públicos, sobretudo na Petrobras, o que inviabilizaria definitivamente o Programa de Metas” (BANDEIRA, 2011, p. 77). Quadros, apesar do pouco tempo de governo, também apresentou diferenças com os EUA que merecem destaque. Apesar de, no geral, ter obtido um bom relacionamento com os norte-americanos por conta da aplicação das recomendações econômicas do FMI; ele seguiu a tendência de governos anteriores e buscou manter uma política externa independente. Esta política externa, capitaneada por Afonso Arinos, foi motivo de discordâncias e conflitos com os EUA que à época objetivava invadir Cuba.

Quando pressionado pelos norte-americanos a tomar uma posição sobre Cuba, Quadros “argumentou que não podia empreender qualquer manobra audaciosa no exterior enquanto não controlasse melhor a crise econômica e social com que o Brasil se defrontava” (BANDEIRA, 2011, p. 89). Mas por utilizar a política externa como ferramenta para obter ganhos internos, Quadros logo seria visto com desconfiança pelos EUA e “A CIA e a DIA, o serviço secreto do Exército dos Estados Unidos, já o julgavam, desde o começo de 1960, ‘vulnerável’ à influência comunista” (BANDEIRA, 2011, p. 93). O ponto alto dessa desconfiança foi a condecoração (Grã-Cruz do Cruzeiro) ao revolucionário Ernesto Che Guevara, causando uma crise política que o levaria à renúncia de Quadros. Realizada essa breve introdução em que destaquei os principais acontecimentos que marcaram as relações Brasil-EUA, foco agora em suas implicações durante o governo João Goulart.

## Parlamentarismo, Governo Jango e a interferência norte-americano no Brasil

A tese defendida neste trabalho é a de que o governo Jango acentuou os conflitos com os EUA, principalmente por suas ações na política interna. Seu projeto nacional-reformista, apesar de herdeiro de Vargas, se mostrou um avanço qualitativo em comparação com a Era Vargas. Esse avanço, gerou um grande desconforto nos EUA. Mas esse processo qualitativo não foi resultado exclusivo da atuação individual de Jango, pelo contrário, fez parte de uma mudança no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim analisada por Bandeira:

O problema político do desenvolvimento econômico do País, que trustes e cartéis obstaculizavam, somou-se assim às questões de classe, no plano da produção. E o aguçamento da contradição antiimperialista, entrançando-se com as lutas sociais, contribui para afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, não populista (BANDEIRA, 1983, p. 30).

De um partido criado com o intuito de reduzir a influência dos comunistas no movimento sindical, limitando suas pautas a reivindicação salarial, o PTB sob liderança nacional de Jango transformou-se em uma organização nacionalista, socialista e anti-imperialista que tinha nas reformas de base sua principal proposta de intervenção na sociedade brasileira. O partido foi empurrado para à esquerda, principalmente graças a atuação de Leonel Brizola e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Sobre a radicalização de Brizola à esquerda, levando vastos setores petebistas consigo, pode ser assim resumida: “Se, inicialmente, ele pregava uma revolução que obedecesse aos trâmites institucionais, na “paz”, como dizia, logo passou a defender a insurreição popular se as reformas fossem proteladas” (FERREIRA, 2011, p. 289). Já sobre a figura de Jango, bem mais moderado que Brizola:

Ele não atuava como um demagogo, que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadros e Ademar de Barros faziam. De acordo com a tipologia de Darcy Ribeiro, era um reformista. E sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja práxis mais se assemelhava à da Social-Democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à práxis do populismo (BANDEIRA, 1985, p. 29).

É diante desse cenário de transformação ideológica do PTB que Jango chega à Presidência da República em setembro de 1961, após um conturbado processo que buscou impedir sua posse. A garantia da posse de Jango foi defendida pela Campanha da Legalidade,



movimento liderado por Brizola no Rio Grande do Sul e que contagiou todo o país em defesa da Constituição. John Kennedy, presidente dos EUA desde janeiro de 1961, decidiu não interferir neste processo por conta de sua posição em não apoiar golpes de Estado (BANDEIRA, 2011). Isolados interna e externamente, os três ministros militares de Quadros (Odílio Denys, Sílvio Heck e Gabriel Grunn Moss) que tentaram impedir a posse de Jango, não conseguiram colocar seus planos golpistas adiante. Jango assumiu, porém, teve seus poderes limitados graças a aprovação do sistema parlamentarista. Nesta parte do texto, analiso as relações entre Brasil-EUA durante o período parlamentarista do governo Jango, que durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963.

O período parlamentarista foi marcado pelo início do desconforto entre Brasil-EUA, intensificado após a vitória do presidencialismo no plebiscito. Esse desconforto inicial, foi marcado pelos seguintes acontecimentos: a) a política externa independente, responsável pela recusa de Jango a invadir Cuba; b) a desapropriação de empresas norte-americanas por Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul; c) a construção das reformas de base, visando o desenvolvimento de um capitalismo autônomo. As divergências entre os dois países no tocante a essas questões, foram responsáveis pelo financiamento norte-americano de opositores de Jango, personificados através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Esse financiamento repercutiu nas eleições de 1962, apesar do seu insucesso inicial, tendo em vista o fortalecimento eleitoral da esquerda neste pleito, que foi acumulado à vitória do presidencialismo no início de 1963.

Essa forte interferência dos EUA no Brasil só foi possível graças a nova conjuntura da integração monopólica mundial que, entre diversas características, possibilitou o controle do capital estrangeiro sobre os ramos produtivos industriais do país e a integração entre empresas estrangeiras (particularmente norte-americanas) e classes dominantes locais; então responsáveis pelo abandono das utopias nacionalistas que angariavam o caminho do capitalismo autônomo na periferia do sistema. Esta aliança entre poder econômico estrangeiro e local, foi a principal causa da desestabilização e queda de Jango, resultando no golpe civil-militar de 1964. Sobre essa aliança, diz Bambirra:

Progressivamente, o capital estrangeiro penetra no setor manufatureiro, abrindo e dominando os novos setores produtivos, além de, em muitos casos, expulsar os empresários nacionais do controle dos setores produtivos tradicionais em funcionamento, deixando a tais empresários a alternativa da falência, dada a impossibilidade de concorrer com o capital estrangeiro, ou da integração, neste caso como sócio menor (BAMBIRRA, 2019, p. 133).

Em suma, essa integração entre capital estrangeiro e nacional proporcionou um rígido controle dos EUA sobre a economia brasileira, facilitando sua influência e participação nos acontecimentos políticos do país. A política externa do governo Jango, representada pela atuação de San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, foi marcada por uma dupla indisposição com os interesses norte-americanos. Além do caso cubano, o reatamento com a URSS, firmando acordos comerciais vantajosos para o país, também causou furor no governo Kennedy. Os soviéticos “se dispunham a projetar, construir e financiar, em longo prazo, a represa hidrelétrica de Itaipu, recebendo parte do pagamento em café, algodão, arroz e outros *commodities*, em troca das quais também se dispunha a fornecer petróleo, trigo, bem como equipamentos e máquinas” (BANDEIRA, 2011, p. 103, grifos do autor). Diante dessas possibilidades, o Brasil firmou um acordo comercial com os soviéticos, visando intensificar as relações entre os países. O responsável pela queixa dos EUA a essa aproximação foi Robert Kennedy, irmão do presidente e secretário de Justiça, que “expressou pessoalmente a Goulart a inconformidade norte-americana com os negócios entre o Brasil e a União Soviética, ao visitar Brasília no final de 1962” (BANDEIRA, 2011, p. 103-04).

Mas o caso cubano foi, podemos dizer, a principal divergência entre Brasil e EUA no tocante a política externa. Os norte-americanos tinham planos de invadir a ilha socialista, desde o sucesso do processo revolucionário em 1959. Para isso buscavam o apoio de aliados latino-americanos, principalmente países do porte do Brasil. A ideia de intervir em Cuba, não foi aceita por San Tiago Dantas que expressou abertamente o descontentamento do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta del Este, entre os dias 21 a 31 de janeiro de 1962. Desta forma, “O governo de Goulart não defendia os rumos políticos e ideológicos do regime revolucionário de Cuba. Entretanto, considerava indevida a ingerência de qualquer outro Estado, sob o pretexto que fosse, nos seus assuntos internos” (BANDEIRA, 2011, p. 105). Diante da posição neutra que o Brasil adotara, os EUA reagiu da seguinte forma:

Dean Rusk, Secretário de Estado, chegou a dizer a San Tiago Dantas que não compreendia o significado de não-intervenção, porque uma potência, como os Estados Unidos, sempre se intrometia nos assuntos internos de outras nações, mesmo quando deixava de fazê-lo. Citou que o Departamento de Estado foi pressionado para intervir no Brasil, quando Quadros renunciou, e não cedeu, o que também constituiu uma forma de intervenção, segundo ele. E ameaçou abertamente utilizar o Exército dos Estados Unidos contra os governos que não o acompanhassem na votação contra Cuba (BANDEIRA, 1983, p. 47).

Pressionado e diante da Crise dos Mísseis, o governo Jango (tendo como primeiro-ministro Hermes Lima) recomendou o voto favorável ao bloqueio naval à Cuba, mas com a condição de que observadores oficiais da ONU fossem responsáveis pela supervisão do território cubano, confirmando ou não a existência de arsenais soviéticos no país. Essa supervisão deveria anteceder qualquer tipo de invasão a ilha socialista. Foi neste período que Jango recebeu uma carta de Kennedy, pedindo o auxílio brasileiro na intervenção à Cuba, então negado pelo presidente brasileiro que se baseou na manutenção da paz e na autodeterminação dos povos. Segundo aponta Bandeira, trazendo trechos da resposta de Jango a Kennedy: “O Brasil, acentuou, ‘sempre foi claro na sua posição, coerente com a sua tradição e fiel ao espírito cristão do seu povo’, motivo pelo qual ‘nunca reconheceu a guerra como instrumento capaz de resolver conflitos entre as nações’” (BANDEIRA, 2011, p. 107). A crise acabou se resolvendo através de um acordo entre Kennedy e Nikita Kruschov, então primeiro-ministro da URSS, com os soviéticos desmantelando suas armas em Cuba e os EUA desistindo da ideia de invadir o país caribenho.

Essas tensões na política externa, se somam a acontecimentos internos que viriam a tornar os EUA um opositor ferrenho do governo Jango. O primeiro desconforto entre os países com ligações internas foi referente a desapropriação de empresas norte-americanas por Brizola, no Rio Grande do Sul. A primeira desapropriação foi realizada em maio de 1959, ainda sob o governo Kubitschek, e atingiu a Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, filial da empresa norte-americana *Bond & Share*. Já a segunda foi executada durante o governo Jango e atingiu a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* (ITT). Ambas desapropriações mostram a integração entre capital estrangeiro e nacional, sendo os últimos associados locais dos primeiros. O caso tomava proporções maiores pois, além de estar no mesmo partido de Jango, Brizola também era seu cunhado, aliando relações políticas com grau de parentesco. Nos EUA, a percepção sobre Brizola era a seguinte: “O jornal *New York Times*, em editorial, identificava nele a maior ameaça aos Estados Unidos após a Revolução Cubana” (FERREIRA, 2011, p. 290). Diante de tais ações e da ameaça que representava a figura de Brizola, os norte-americanos responderam a segunda desapropriação imediatamente:

O Departamento de Estado, protestou, energicamente, classificando o ato de Brizola como “um passo atrás” nos planos da Aliança para o Progresso. A imprensa norte-americana desfechou feroz campanha contra o Brasil, a ponto de parecer a Goulart “publicidade dirigida”. E o Congresso dos Estados Unidos, diante da perspectiva de outras estatizações, votou a emenda Hickenlooper, determinando a suspensão de qualquer ajuda aos

países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva (BANDEIRA, 1983, p. 49).

O pedido dos EUA por uma indenização a suas empresas, perdurou todo o governo Jango, sendo constante motivo dos norte-americanos justificarem a pressão sobre a economia brasileira. Jango cedeu às pressões e estudou o pagamento dessas indenizações, porém, “não teve condições internas para a efetivar, porque tanto os nacionalistas, com Brizola à frente, quanto o próprio Lacerda, que encapara, no Rio de Janeiro, outra companhia telefônica, ligada à Light & Power, passaram a atacar duramente a transação com aquelas empresas” (BANDEIRA, 2011, p. 111). A esse acontecimento, por fim, podemos adicionar a construção das reformas de base com destaque especial para a reforma agrária. A reforma agrária, que visava modificar o artigo nº 141 da Constituição, sofreu ferrenha oposição das classes dominantes locais vinculadas ao latifúndio exportador. A luta por essa importante e estrutural reforma, viria aliada a uma maior mobilização das massas populares, tanto na cidade quanto no campo. No campo, floresciam às Ligas Camponesas, situadas no Nordeste e sob liderança de Francisco Julião; já nas cidades o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) crescia e organizava os operários. Por ter sido um governo palco de intensa radicalização da luta de classes, Jango enfrentou várias invasões de terras e greves gerais. A radicalização dos movimentos sociais, assistida pelo governo Jango, é uma característica da integração monopólica mundial, como aponta Bambirra:

É assim que, frente a paulatina integração das classes dominantes ao imperialismo, produz-se a ruptura dos esquemas nacionalistas e de “concessões” para as classes populares, que as burguesias latino-americanas preconizavam e, até certo ponto, realizavam. Por isso mesmo, o movimento popular tende a se radicalizar e a levantar reivindicações que chegam a ser insuportáveis nos marcos da legalidade burguesa do capitalismo dependente (BAMBIRRA, 2019, p. 127).

As reformas de base, em seu conjunto, alcançaram os limites insuportáveis da legalidade burguesa do capitalismo dependente e por isso não restou outra alternativa as classes dominantes locais e internacionais a não ser o golpe civil-militar. Vinculado umbilicalmente ao latifúndio, o Partido Social Democrático (PSD), um dos grandes responsáveis pelas articulações que garantiram à posse “segura” de Jango, rompeu com o governo diante de sua proposta avançada de reforma agrária e acabou dando uma forte guiada à direita, aliando-se com a UDN e militares golpistas. Essa guiada à direita do PSD foi importante para os acontecimentos políticos que levaram ao golpe civil-militar, pois foi responsável pelo isolamento do PTB, restando a Jango se aproximar cada vez mais dos

movimentos sociais organizados em busca das reformas. As desapropriações, atingindo diretamente o capital estrangeiro, e a reforma agrária, atingindo diretamente as classes dominantes locais, foram responsáveis por uma união entre os opositores do governo. Diante desse cenário, justifica-se o patrocínio dos EUA a institutos opositores como o IBAD e o IPES, visando interferir nas eleições de 1962. Com relação aos financiadores do IPES, por exemplo: “Somente a Light & Power, entre dezembro de 1961 e agosto de 1963, concorreu mensalmente para a sua caixa com a quantia de Cr\$ 200.000,000, autorizada por um dos seus Diretores, Antônio Galloti (BANDEIRA, 1983, p. 67). E mais, “a participação do IPES na conta de donativos da Brazilian Traction Light & Power se fixou na quantia de Cr\$ 200.000,000, pode-se calcular que até 31 de março de 1964 aquela instituição arrecadou mais Cr\$ 1.400.000,00” (BANDEIRA, 1983, p. 67). Mas o IPES não teve patrocínio apenas do capital estrangeiro norte-americano, logo:

Convém salientar que políticos e empresários da República Federal da Alemanha, também colaboraram com o IPES (e com o Governador de São Paulo, Ademar de Barros), através da Mannesmann e da Mercedes Benz, e que todas ou quase todas as empresas estrangeiras, sobretudo as norte-americanas, lhe destinaram, importâncias que não ficavam muito aquém dos donativos da Light & Power, se não se lhes equivaliam ou os superavam (BANDEIRA, 1983, p. 67-8).

Já sobre o IBAD, foi montada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que concluiu o seguinte:

Ainda assim o esforço da CPI, ou seja, dos Deputados trabalhistas Eloy Dutra, Benedito Cerqueira e Rubens Paiva, bem como o Deputado José Aparecido de Oliveira, da UDN, colaborou para inibir, em parte, a operação da CIA, comprovando que o dinheiro distribuído pelo IBAD procedia do estrangeiro, remetido para o Brasil através do Royal Bank of Canada, Bank of Boston e First National City Bank. A CPI constatou que, em apenas uma de suas contas, a do Bank of Canada, o IBAD movimentou Cr\$ 1.300 milhões, entre maio e outubro de 1962 (BANDEIRA, 1983, p. 71-2).

A CPI também identificou a participação de diversos setores do poder econômico estrangeiro no patrocínio do IBAD, evidenciando como a desestabilização do governo Jango interessava setores diversificados do capital estrangeiro e, em particular, norte-americano. Esse patrocínio era facilitado, graças a instalação dessas empresas no Brasil. Sobre isso, mostra Bandeira:

Os recursos que o IBAD geriu, entretanto, não provieram apenas de fontes no exterior. Segundo o Governador Miguel Arraes, com documentos, informou à CPI, o IBAD também recebeu contribuições de companhias estrangeiras, instaladas no Brasil, entre as quais a Texaco, Shell, Ciba, Cross,

Schering, Enila, Bayer, General Eletric, IBM, Coca-Cola, Standard Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG e Coty, na maioria norte-americanas (BANDEIRA, 1983, p. 72).

Enfim, as ações do IBAD e do IPES, visavam a propagação do anticomunismo, auxílio a candidatos de direita nas eleições de 1962 e incentivo a fragmentação das Forças Armadas com o intuito de fortalecer as figuras golpistas. Como podemos observar, as relações Brasil-EUA começam a se acirrar no período parlamentarista, seja por conta da política externa (caso cubano e do acordo comercial com a URSS) seja por motivos internos (a defesa das reformas de base, principalmente a agrária, e as desapropriações de empresas norte-americanas). Se a articulação golpista já se definia bem no Brasil parlamentarista, tendo Jango poderes limitados, ela se intensifica após a vitória do presidencialismo no início de 1963. É por isso que, segundo a perspectiva adotada, as interferências norte-americanas se intensificam após Jango reconquistar seus poderes de Presidente da República.

### **Presidencialismo, Governo Jango e a interferência norte-americano no Brasil**

A ampla rejeição ao parlamentarismo foi uma vitória do governo Jango que conseguiu reabilitar seus poderes. A reabilitação desses poderes recrudescer a oposição ao governo, com a articulação golpista avançando até março de 1964, quando Jango foi deposto pelos militares. Alguns acontecimentos no decorrer de 1963 e início de 1964, são provas das tensões entre Brasil e os EUA, assim como evidencia a influência do poder econômico estrangeiro e nacional diante desses desentendimentos. Entre esses acontecimentos, destaco: a) a demissão de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda; b) as medidas econômicas nacionalistas do governo Jango; c) a invasão indireta de norte-americanos ao Brasil.

A nomeação de San Tiago Dantas para o Ministério da Fazenda, fez parte da tentativa de Jango em estabelecer um diálogo com os EUA, frente a grave crise econômica que enfrentava o Brasil. De perfil moderado, Dantas estava disposto a negociar novos empréstimos e em troca impor medidas que visassem a estabilização monetária. Entre essas medidas estabilizadoras, estava o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado. Porém, apesar das tentativas, o poder econômico norte-americano permaneceu resistente a contribuir com o governo brasileiro. Como aponta Bandeira, pegando como recorte o ano de 1963, “o Brasil não recebeu nenhum investimento direto dos Estados Unidos, cujo saldo foi mais uma vez positivo, totalizando US\$ 21 milhões” (BANDEIRA, 1983, p. 92). Ainda sobre a sangria da economia brasileira, causada pelos EUA, conta Bandeira:

Conforme o Senador Frank Church, dos Estados Unidos, constataria, as empresas norte-americanas não só tiraram mais dólares do Brasil do que investiram como também se apossaram do controle de uma porcentagem cada vez maior de sua economia, mediante reinvestimentos em cruzeiros, alimentando a crise do balanço de pagamentos, com remessas de lucros e fraudes cambiais, a exemplo do superfaturamento e do subfaturamento, nos negócios de importação e exportação (BANDEIRA, 1983, p. 93).

A integração monopólica mundial, tendo os EUA como protagonista do capitalismo no pós-guerra, favoreceu esse controle da economia brasileira por forças econômicas estrangeiras. Isso não só causou uma subordinação de vastos setores das classes dominantes locais a essas forças exógenas, como também foi responsável por interferências no âmbito político, sendo causa da desestabilização e queda do governo Jango. Esse predomínio norte-americano, causado pelas estruturas do capitalismo dependente, gerou uma dependência política onde “o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente” (BAMBIRRA, 2019, p. 144). Diante da autonomia e relevância que o capital estrangeiro, em particular ianque, conquista sobre a economia nacional fica clara as razões das negativas dos EUA em se submeter a qualquer tipo de acordo com o Brasil. A aplicação das medidas estabilizadoras, levaram consigo uma série de greves e articulações dos trabalhadores, comprometendo a popularidade e prestígio de Jango frente o movimento sindical. Assim sendo, sem receber apoio financeiro concreto dos EUA, Jango volta atrás e decide trocar as medidas de estabilização monetária pelo avanço de medidas econômicas nacionalistas. A demissão de Dantas, resultante desta decisão, significou o fim do diálogo com os EUA e acirramento das relações entre os dois países. Esse acirramento levaram as seguintes ações dos norte-americanos:

A CIA intensificou suas operações, organizando, com o apoio de latifundiários e homens de negócios, grupos paramilitares e instalando, em fazendas e até mesmo em igrejas, depósitos de material bélico com o objetivo de deflagrar a luta civil, na hipótese de que aquela perspectiva realmente se concretizasse (BANDEIRA, 2011, p. 123).

As medidas econômicas nacionalistas do governo Jango como a criação da Eletrobras, a Instrução 242 da SUMOC<sup>2</sup>, busca de diversificação do comércio exterior (estabelecendo relações com o Bloco Socialista, China, América Latina e África) e à lei de remessa de lucros

<sup>2</sup> Responsável por proibir o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional tivesse condições de fabricar

mostraram a Kennedy que o Brasil estava disposto a se desenvolver autonomamente. O caso da Instrução 242 da SUMOC, evidencia a diferença entre o governo Jango e os interesses da nova integração monopólica mundial, pois, as empresas estrangeiras e suas capitais necessitavam nesta fase de “altos níveis de acumulação, ao mesmo tempo que também permitem que estas empresas, se necessário, fixem os preços em níveis relativamente inferiores àqueles das empresas rivais” (BAMBIRRA, 2019, p. 142). Já à lei de remessa de lucros, contrastava com uma característica do período em que o poder econômico estrangeiro modifica a relação mercadoria-maquinário para a capital-maquinário, onde “Em vez de exportá-las como mercadoria, exporta-as como capital, ou seja, a relação já não é de compra e venda, mas de investimento estrangeiro” (BAMBIRRA, 2019, p. 140). Como podemos perceber, o nacionalismo que guiava o governo Jango, contrariou os interesses dos EUA e de uma nova dinâmica do capital. A conclusão de Bandeira dessas medidas e suas repercussões sobre as relações Brasil-EUA, é a seguinte:

Goulart procurou, desse modo, recuperar o projeto de Vargas, retomar-lhe o caminho, reorientando o processo de industrialização, distorcido pela Instrução 113, para os setores de base, para a produção de bens de capital, com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro. E suas medidas, de sentido nacionalista, contrariaram os interesses de poderosos cartéis internacionais, particularmente, dos capitais norte-americanos, o que afastava cada vez mais as perspectivas de conciliação com o Governo de Washington (BANDEIRA, 1983, p. 118).

Por último, a invasão indireta dos EUA ao Brasil é outro relevante acontecimento que mostra a influência dos norte-americanos e de seu poder econômico sobre articulações políticas internas que resultaram no golpe de Estado de 1964. Apesar da pressão sofrida por empresários como David Rockefeller e banqueiros como William Drapper, o governo Kennedy se mostrou pouco incisivo no avanço da articulação golpista. Seu assassinato, datado de novembro de 1963, contribuiu para uma atuação mais ofensiva dos EUA sobre a política interna brasileira. Em seu lugar, ascendeu ao poder o também democrata Lyndon Johnson, responsável por pautar uma política externa anticomunista e de natureza ofensiva. Vale lembrar, Johnson foi o responsável pela expansão de soldados norte-americanos no Vietnã. Sobre as consequências da morte de Kennedy e consequente ascensão de Johnson:

O assassinio de Kennedy, pouco tempo depois (em novembro de 1963, com a ascensão de Lyndon Johnson à presidência da República e a substituição de Edwin Martin por Thomas Mann como subsecretário de Estado assistente), possibilitou, finalmente, o abandono da política de não encorajamento de



golpes de Estado, que, mesmo inconsequentemente, constituía ainda um compromisso da Aliança para o Progresso (BANDEIRA, 2011, p. 124).

As tensões se acirram e os EUA ganham importantes aliados internos, como setores civis e militares. Entre os civis, além de grandes parcelas da classe dominante local, estão os então governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto. Este último, governador de Minas Gerais, foi responsável pelo estado onde a sublevação militar contra Jango se iniciou. Após o início desta sublevação, San Tiago Dantas escutou de Afonso Arinos (nomeado como uma espécie de secretário das Relações Exteriores do estado rebelde) que “os Estados Unidos apoiavam a sublevação e não somente reconheceriam a beligerância de Minas Gerais como interviriam militarmente no Brasil em caso de guerra intestina” (BANDEIRA, 2011, p. 125). Àquela altura, a operação Brother Sam já estava em curso, mas ela foi construída em anos anteriores, através de uma invasão informal dos EUA:

Desde 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado começara a solicitar ao Itamarati vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, jornalistas, comerciantes, Corpos da Paz etc.), dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste. Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o Deputado José Joffily, do PSD, denunciou o fato e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de O Semanário, relevou que mais de 5000 militares norte-americanos, fantasiados de civis, desenvolviam, no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional (BANDEIRA, 1983, p. 136).

Esta informal invasão norte-americana ao país, criava condições favoráveis para a guerra antirrevolucionária que os EUA desejava impor ao Brasil em caso de resistência do governo Jango. Essas bases militares em território nacional, acumula-se a operação Brother Sam que, externamente, desejava enviar maciça ajuda militar aos opositores do governo. Tal operação foi o último recurso, encontrado pelas forças econômicas estrangeiras na tentativa de derrubar Jango e manter seus privilégios sobre a economia brasileira. A existência da Brother Sam, mostra que os EUA agem sob diferentes frentes, mas que em todas buscam a manutenção de sua hegemonia. Diante da resistência nacionalista de Jango, frente as dificuldades econômicas encontradas, a solução teriam que vir das armas. Como resultado deste processo político, temos como tomada de decisão o golpe de Estado de 1964, prontamente reconhecido pelo governo Johnson e seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon. Gordon, ativa figura na articulação golpista, “manifestou a Lacerda estar “muito feliz” com a vitória da sublevação de Minas Gerais, “porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade de intervenção militar americana no Brasil”” (BANDEIRA, 2011, p. 126).

Com o sucesso da articulação golpista, o projeto de desenvolvimento que visava alcançar um capitalismo autônomo é substituído por um alinhamento do Brasil aos interesses estrangeiros, em particular norte-americano. Favorecido por um cenário novo de hegemonia e subalternização das classes dominantes latino-americanas, os EUA conseguia interferir nas decisões políticas do Brasil, mantendo os privilégios do poder econômico e ajustando os brasileiros às regras da integração monopólica mundial.

### **Conclusões Gerais**

As reflexões realizadas acima, baseadas em Moniz Bandeira e Vânia Bambirra, evidenciam a íntima relação entre poder econômico e decisões políticas. No caso em questão, observamos como o poder econômico estrangeiro, em particular norte-americano, construiu um ambiente político propício à resistência a reformas econômicas de cunho progressista e nacionalista. As tensas relações entre Brasil-EUA, dois gigantes e relevantes países do continente americano, servem como recorte para compreendermos como a influência da economia política se impõe diante das relações entre Estado-nações. Existe uma ligação entre Estado-Capital, onde historicamente se colocaram duas tendências: a) a tendência norte-americana de manutenção de sua hegemonia; b) a tendência brasileira de buscar um desenvolvimento capitalista autônomo.

Essas duas tendências, como vimos, estiveram em choque antes do governo Jango mas que tiveram neste período o auge dos antagonismos. Através do projeto industrial nacionalista, herdado de Getúlio Vargas, e completadas pelas reformas de base, o governo Jango foi responsável pelo aguçamento desse embate. Vimos que o período parlamentarista, através de acontecimentos como a política externa independente e as desapropriações de empresas norte-americanas, iniciou esses conflitos que se intensificaram durante o período presidencialista em que Jango teve seus poderes reconquistados.

O principal resultado deste trabalho é a contextualização do golpe civil-militar de 1964 que, baseado em teorias da economia política, mostra a importância da integração monopólica mundial no impulso das condições objetivas que levaram a desestabilização e queda do governo Jango. Essas condições objetivas se mostram através de uma maior dependência econômica de países subdesenvolvidos como o Brasil, perante o capital estrangeiro, que “se torna assim uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizador e capitalizador” (BAMBIRRA, 2019, p. 143); e também da subalternização das classes dominantes locais a

esse capital estrangeiro, gerando uma dependência política em que “As burguesias dependentes, por sua vez, já compreenderam que não podem questionar o imperialismo sem questionar sua própria existência enquanto classe” (BAMBIRRA, 2019, p. 150). Esta junção, entre dependência econômica e política, acarreta numa simbiose Capital-Estado em que as decisões políticas e as reformas econômicas que delas podem prescindir, estão a mercê das interferências do poder econômico. Logo, o golpe civil-militar de 1964 é um exemplo de como essas interferências estiveram presentes concretamente em nossa histórica recente.

## Referências

BAMBIRRA, Vânia. 2019. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular. 224 p.

BANDEIRA, Moniz. 1983. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 1984. **Trabalhismo e Socialismo no Brasil: a Internacional Socialista e a América Latina**. São Paulo: Global.

\_\_\_\_\_. 2011. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRANDÃO, Octávio. 2006. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924**. 2. ed. São Paulo: A. Garibaldi. 196 p.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.